

INTERAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIOCULTURAIS EM ZONAS FRONTEIRIÇAS: O CASO DA TRÍPLICE FRONTEIRA ENTRE BARRAÇÃO (PR), DIONÍSIO CERQUEIRA (SC) E BERNARDO DE IRIGOYEN (ARG)

Political, Economic and Sociocultural Interactions in Frontier Zones: The Case of the Frontier Triple Between Barracão (Pr), Dionísio Cerqueira (Sc) And Bernardo de Irigoyen (Arg)

Mateus Galvão Cavatorta¹
Nathan Felipe da Silva Caldana²
Thiara Gonçalves Campanha³

Recebido em: novembro de 2017

Publicado e aceito em: dezembro de 2017

Resumo

O objetivo central do artigo é demonstrar as interações fronteiriças econômicas, sociais, políticas e culturais exercidas na tríplice fronteira entre os municípios de Barracão (PR), Dionísio Cerqueira (SC) e Bernardo de Irigoyen, na Argentina. Como uma fundamentação teórica, serão expostas conceituações de alguns autores a respeito de território, fronteira e zonas fronteiriças. Serão explicadas as implicações do Mercosul na região estudada e, por fim, haverá a apresentação do Consórcio Intermunicipal de Fronteira (CIF), seus objetivos, projetos, conquistas e suas ações e contribuições na interações fronteiriças dos municípios. A metodologia utilizada na realização deste relatório foi baseada em pesquisas nas referências bibliográficas que tratam da temática e no trabalho de campo realizado na região estudada, onde foram realizadas palestras e coletadas informações pertinentes para a pesquisa.

Palavras-crave: território; tríplice fronteira; Mercosul.

Abstract

The central objective of this paper is to demonstrate the economic, social, political and cultural interactions exercised in the triple frontier between the municipalities of Barracão (PR), Dionísio Cerqueira (SC) and Bernardo de Irigoyen, Argentina. As a theoretical grounding, some authors' conceptualizations regarding territory, frontier and border areas will be exposed. The implications of Mercosur in the studied region will be explained and, finally, the Frontier Intermunicipal Consortium (CIF) will be presented, its objectives, projects, achievements and its actions and contributions in the border interactions of the municipalities. The methodology used in the preparation of this report was based on researches in the bibliographical references that deal with the subject and the field work carried out in the studied region, where lectures were given and pertinent information was collected for the research.

Keywords: territory; triple frontier; Mercosul.

INTRODUÇÃO

Na região pela qual é o objeto de estudo deste artigo, se juntam a região Sudoeste do Paraná, extremo Oeste Catarinense e extremo oriente argentino, que juntas somam uma população aproximada de 40 mil habitantes. O conjunto urbano das três cidades possui uma fronteira entre dois países e ao mesmo tempo uma divisa entre dois estados brasileiros e uma província argentina, num pequeno território político-jurisdicional, o espaço geográfico das três cidades.

Barracão é um município localizado no sudoeste paranaense, com uma população de 10.273 habitantes (IBGE, 2016) e uma extensão territorial de 177,6 Km². Dionísio Cerqueira é um município localizado no extremo oeste do estado de Santa Catarina, com uma população estimada de 14.811 habitantes (IBGE, 2010) e uma extensão territorial de 379,3 Km². Bernardo de Irigoyen, município pertencente à Argentina, possui uma população estimada de 6.862 habitantes.

O objetivo central do artigo é demonstrar as interações econômicas, sociais, políticas e culturas exercidas na tríplice fronteira entre os municípios citados. Como fundamentação teórica, serão expostas conceituações de alguns autores a respeito de território, fronteira e zonas fronteiriças. Serão explicadas as implicações do Mercosul na região estudada e das políticas e incentivos que surgiram a partir desse advento e, por fim, haverá a apresentação do Consórcio Intermunicipal de Fronteira, seus objetivos, projetos, conquistas e suas ações e contribuições nas interações fronteiriças dos municípios.

A metodologia utilizada na realização deste relatório foi baseada em pesquisas nas referências bibliográficas que tratam da temática e no trabalho de campo realizado na região estudada, onde foram realizadas palestras e coletadas informações pertinentes para a pesquisa.

Fundamentação teórica: conceituações de território, fronteira e zonas fronteiriças

Quando se mencionam os termos “limite territorial” ou “fronteira”, é necessário remeter-se às noções mais amplas de “território” e de “territorialidade”. O conceito de território vincula-se à categoria poder, porém não apenas ao poder no sentido concreto de dominação (poder político), mas também ao poder simbólico, ligado à apropriação de determinados grupos para com seu espaço de vivência (HAESBAERT, 2004).

Segundo Raffestin (1993, p.158), “[...] a territorialidade reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. Desse modo:

[...] a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (Haesbaert, 2004, p. 3).

Sendo o espaço delimitado por e a partir de relações de poder, o território não se refere somente aos limites político-administrativos estabelecidos por linhas ou marcos divisórios. Sua abrangência é múltipla, envolvendo diferentes espaços e agentes sociais, indo desde a ação do Estado delimitando as fronteiras de um país, por exemplo, até a definição da abrangência espacial das organizações comunitárias de bairros, de conjuntos habitacionais, de ocupações etc. (SOUZA, 2003)

Transparentes ou ostensivamente cercadas, as fronteiras refletem o exercício da dominação e da autoridade de um povo em particular. Formalmente, protegem nos países a sua soberania e delimitam nos estados e municípios, suas esferas de competências; informalmente, impõem-se poderosas nos tantos fragmentos dos espaços desigualmente produzidos, introduzindo um novo direito. (MOURA, 2000, p. 86)

Embora municípios possuam, necessariamente, fronteiras políticas/artificiais, considerando ou não as múltiplas territorialidades de seus agentes, historicamente a demarcação desses limites tem sido realizada, em grande medida, com base em marcos físicos como corpos d'água, florestas, montanhas etc. Eixos viários, limites de propriedades públicas e privadas constituem também marcos importantes considerados na definição de limites territoriais. (SILVA; TOURINHO, 2012)

De acordo com Borba (2013, p.68), a implantação dos limites inclui várias fases:

(i) precedentes históricos – com estudo das características culturais dos povos ocupantes da região e de eventuais tentativas anteriores (fracassadas ou anuladas) de estabelecimento da fronteira; (ii) delimitação – pelo estabelecimento e ratificação de tratados, num processo essencialmente político, em que os negociadores dos países decidem, à vista da documentação disponível, como deve ser traçada a linha delimitadora dos territórios; (iii) demarcação - quando se aplicam as intenções dos delimitadores, constituindo-se numa fase técnica, que pode ter dificuldades para achar, no terreno, o rio, a lagoa, a montanha ou outro acidente geográfico escolhido como base de delimitação, a fim de implantar marcos definidores das grandes linhas do contorno do território; e, (iv) caracterização – outra fase técnica, pois quando há ocupações populacionais ao longo das fronteiras, há necessidade de atualizar marcos de limite, dentro do estabelecido pelos demarcadores.

A zona de fronteira é espaço que emerge da demarcação do limite político territorial entre dois Estados Nacionais; ela se encontra na confluência entre dois territórios fundados sobre duas culturas e identidades nacionais construídas dentro da oposição entre “nós e os outros”. Mas, longe de ser apenas espaço político geográfico, marcado pela diferença cultural, identidade nacional e pertencimento territorial, a zona de fronteira é também espaço social e cultural. Portanto, ao invés da ideia clássica de divisão entre dois grupos que se constrói na relação da identidade/alteridade, a zona de fronteira remete também para ideia de ligação entre dois territórios nacionais (FERRARI, 2015).

As zonas fronteiriças podem ser concebidas como o produto de interações tecidas, antes de tudo, entre sujeitos fronteiriços, e compreendê-las significa ir além da visão dos sujeitos com identidades e culturas diferenciadas, neste caso, de simples brasileiros e argentinos: é preciso ir ao encontro dos sujeitos fronteiriços com múltiplas identidades. Em zonas de fronteira, notadamente naquelas formadas por cidades gêmeas, as interações transfronteiriças não se desenvolvem somente no sentido econômico, elas envolvem todo um conjunto de interações materiais e imateriais, como as simbólicas, culturais e indenitárias, pois estão vinculadas umas às outras justamente porque elas são estabelecidas por sujeitos (fronteiriços) que em sua realidade cotidiana atuam de forma relacional num conjunto socioterritorial envolvendo os dois lados do limite internacional (FERRARI, 2015).

As áreas fronteiriças, no processo atual de globalização da economia e integração de blocos regionais, foram virtualizadas enquanto espaços de criação de possibilidades de desenvolvimento, áreas de transição, contato, articulação, especial vivacidade e dinamismo próprio. As cidades contíguas que se estendem entre países e exercem, muitas vezes, atividades econômicas similares e funções urbanas complementares, deveriam dar origem a estruturas bi ou trinacionais com articulação produtiva e transformação territorial (MOURA, 2000)

A queda das fronteiras, almejada pela globalização da economia, visa eliminar obstáculos à entrada de capitais e o livre trânsito de mercadorias e informações. A abertura pleiteada e conquistada não fez mais que a imposição de moedas fortes, como o dólar, o euro, o iene, e a "ativação do mundo" via empresas gigantes. As moedas subjugarão forças locais e foram se impondo e disputando entre si uma hegemonia. (BORBA, 2013)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Interações transfronteiriças (econômicas, políticas e socioculturais) entre as cidades gêmeas de Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Arg)

A cooperação em regiões de fronteiras, oferece às regiões e aos municípios colimitados a alternativa de aproximar cada setor territorial de povos segmentados geopoliticamente, possibilitando a estes povos, em parte, atenuar os efeitos da divisão artificial que sofreram e também a intensificação de laços em diversos planos entre os diferentes setores territoriais, assim como potencializa as redes de diversas índoles (ANDREATTA, 2016).

A integração regional mostra-se como um instrumento político-chave para o desenvolvimento socioeconômico de uma região, além de necessário em um processo de inserção internacional em um mundo cada vez mais globalizado. A possibilidade em articular a integração regional com políticas de desenvolvimento local revela-se capaz de promover processos convergentes de desenvolvimento, que muito possibilitam transformarem-se em variáveis funcionais, produzindo efeitos que transbordem as novas iniciativas de modo a contribuir para a integração regional. (ANDREATTA, 2016)

No que se remete à história das relações transfronteiriças entre as cidades estudadas, ressalta-se a fraca presença dos Estados nacionais nessa zona fronteiriça do começo do século XX até meados da década de 1940. A fronteira política não havia ainda sido investida do poder controle fiscal e militar, o que explica tal constatação. Portanto, as interações que lá estavam sendo tecidas entre os fronteiriços de um lado ao outro do limite contrariavam as políticas e ideologias dos dois Estados nacionais. Em outras palavras, naqueles aglomerados, a representação da linha fronteiriça não tinha o mesmo significado político e ideológico dos Estados nacionais. (FERRARI, 2013)

A integração físico-social daqueles aglomerados integrados fazia com que os fronteiriços também tivessem a noção de espaço sem fronteira, ou ainda, espaço sem “passaporte tapejara”, o que na língua guarani significa ter a liberdade de ir e vir de um lado a outro sem precisar pedir autorização ao dono do caminho, neste caso ao Brasil ou à Argentina. As interações socioeconômicas que lá iam se estabelecendo entre os dois lados do limite eram, na visão dos Estados nacionais, ilegais, mas na visão dos fronteiriços não eram transgressivas de normas territoriais. (FERRARI, 2013)

Até o período, a erva-mate era o motor de desenvolvimento da região. Ainda que os ervateiros argentinos tivessem noção do limite político territorial, a liberdade de circulação

franqueada pela ausência de controle dos Estados nacionais remetia a um espaço sem fronteira. Por essa lógica, as interações cotidianas lá estabelecidas não tinham conotação de contrabando. Ou seja, o que era transgressão de normas territoriais para centros de poderes nacionais era um sistema de alianças para os fronteiriços. (FERRARI, 2013)

A partir da década de 1940, uma nova ordem socioeconômica e política se estabelece e deflagra significativas mudanças, tanto na geografia política quanto na geografia social e cultural da zona fronteiriça. A partir de então os Estados nacionais fazem valer as normas e regras diferenciadas sobre seus espaços fronteiriços na tentativa de assegurar as descontinuidades territoriais. Os controles passam a regular e comprimir mais efetivamente todas as interações transfronteiriças, impondo severas restrições inclusive no ir e vir das interações sociais e culturais dos fronteiriços. No entanto, apesar de todos os esforços dos Estados nacionais, as interações transfronteiriças não seriam interrompidas. (FERRARI, 2013)

De acordo com Ferrari (2013), o que chama atenção na história das cidades gêmeas é o fato de que, embora as ideologias políticas entre Brasil e Argentina tentassem separá-los e fortalecer identidades nacionais, os fronteiriços fariam daqueles espaços exatamente o contrário. Eles promoveram uma integração físico-social tão forte que, até por volta de 1940, era difícil precisar onde realmente terminava o território brasileiro e começava o argentino. Frente a ausência dos organismos de controle dos Estados nacionais, os habitantes daqueles aglomerados geminados, independentemente de suas nacionalidades, tinham a liberdade de transitar e de instalar suas residências onde melhor lhes conviesse. Além disso, os fronteiriços foram formando uma rede de parentesco transfronteiriça tão estreita que era praticamente impossível separar brasileiros de argentinos.

Apesar da divisão político-territorial e das tentativas dos Estados nacionais de fortalecer as identidades nacionais, os fronteiriços fizeram daqueles espaços verdadeiros espaços de integração. Seria o mesmo que pensar no processo de corte e costura: enquanto os Estados nacionais cortam os territórios com limites diferenciando o interno do internacional, os fronteiriços, com o fio das trocas materiais e imateriais, vão promovendo a costura dos territórios. No entanto, essa costura não se faz de forma imediata, ela se faz ao longo da história dos fronteiriços, uma história construída não apenas pelas alianças econômico-comerciais, mas com elos de solidariedade, afetividade, trocas sociais e culturais que são elos mais longos e duradouros, porque fazem parte de uma trajetória de vida vivida na fronteira. (FERRARI, 2015)

Ao lado das interações materiais tecem-se igualmente interações com valores imateriais, como as sociais e culturais, estabelecidas pelos contatos e pela comunicação, nutridos por valores como sentimentos de solidariedade, laços de

amizade, parentesco, compadrio, apadrinhamento e outros, formados no convívio cotidiano da fronteira. E isso faz parte da própria história do lugar e dos fronteiriços. (FERRARI, 2013, p. 96).

Considerando a proximidade entre as cidades e convivência mútua entre a população destes municípios, observa-se que é comum encontrar cidadãos de Barracão que estudam e/ou trabalham em Dionísio Cerqueira e/ou Bernardo Irigoyen e vice-versa, bem como famílias formadas por relações de pessoas destes municípios. A mistura de brasileiros e argentinos é comum nesta região.

Atualmente existe um Projeto de integração bilíngue, denominado “Projeto Escolas Bilíngues Dionísio Cerqueira\Bernardo de Irigoyen”. O projeto bilíngue é um bom exemplo de integração cultural entre dois países, mas como qualquer outro projeto, esse também apresenta problemas em função da adaptação do novo, mas o que se observa ali é que, a grande problemática está ainda ligada aos controles fiscais sobre a circulação de um lado ao outro do limite, e isso não atinge somente a mobilidade de professores e alunos que participam do projeto escolas bilíngues, mas os fronteiriços de modo geral. (FERRARI, 2015)

Com a criação do MERCOSUL, entra em curso amplo conjunto de políticas regionais, notadamente de políticas econômicas, promotoras de relações transfronteiriças buscando ultrapassar a visão clássica de fronteira como linha de divisão e valorizar as regiões ou zonas fronteiriças como espaços de integração privilegiados. Desde então, nos discursos políticos, a zona fronteiriça torna-se lugar de cooperação e suporte para interações transfronteiriças. Nesse processo, as zonas de fronteira, notadamente aquelas constituídas por cidades gêmeas, aparecem como laboratórios específicos onde se podem construir novas configurações espaciais podendo se tornar espaços transfronteiriços. (FERRARI, 2013, p. 97)

A integração viabilizada pelo MERCOSUL levou necessariamente a transformações territoriais, econômicas, sociais e culturais. Assim, as integrações físicas dos territórios nacionais conectados fisicamente constituíram políticas distintas e unidades físicas organizadas sob uma lógica nacional.

É apenas a partir dos anos 1990, que as fronteiras nos países do MERCOSUL passaram a considerar não apenas espaços de trânsito de pessoas, mercadorias e ativos intangíveis, como também espaços de reunião com outros países, e, com outras sociedades, seja através de um rio, seja através de uma linha divisória imaginária, buscando convergir políticas nacionais em políticas multilaterais. (FERRARI, 2013)

Apesar do MERCOSUL tenha levado ao abandono das hipóteses de conflitos, notadamente entre Brasil e Argentina, os fronteiriços têm percebido que os Estados nacionais chegam com forças renovadas impondo um controle muito mais rigoroso sobre as interações na escala local, a ponto de desconsiderar totalmente a história local e a vida de relações ali existentes. Essa lógica decorre, em parte, de maior representatividade dos Estados nacionais nesse segmento fronteiriço, muito mais efetiva que no passado. (FERRARI, 2013, p. 98)

Ferrari (2013, p. 97) observa as constantes barreiras sanitárias que vem sendo impostas pelos países com quem o MERCOSUL negocia. Em razão disso, controles têm sido fortalecidos e isso acaba por afetar as interações historicamente estabelecidas entre os fronteiriços das cidades gêmeas. Isso é bem expressivo nas cidades gêmeas aqui analisadas, onde circula a afirmativa de que os fronteiriços, no vaivém de suas interações sociais, culturais e econômicas, são cerceados da liberdade de trânsito entre um lado e outro do limite, porque os controles políticos e fiscais ainda administram o limite internacional sob a perspectiva da separação, em detrimento da própria história de vida dos fronteiriços e do sentido da integração. Diante disso, muitos fronteiriços chegam a afirmar que a integração regional em si não teria trazido nada de novo para a zona fronteiriça, pois já viviam uma integração antes mesmo de se pensar em MERCOSUL.

Atualmente, a região da tríplice fronteira é caracterizada economicamente pela agricultura/agroindústria, em sua maioria composta por pequenos e médios produtores com produções diversificadas e típicas de agricultura familiar. A indústria é voltada predominantemente para o setor alimentício com a influência de pequenas cooperativas.

Dionísio Cerqueira apresenta um diferencial econômico voltado para o campo da exportação, contando com o porto seco em seu município e duas aduanas, uma para pedestre e veículos de passeio e outra para caminhões de carga. Sua localização estratégica carreeu inúmeros investimentos e levou o Governo Federal a construir no município o único Porto Seco do Mercosul. Dionísio Cerqueira possui a única passagem terrestre de Santa Catarina para o Mercosul e seu Porto Seco é a principal rota interoceânica entre as grandes metrópoles do Mercado Comum, e é o ponto mais próximo entre Buenos Aires e São Paulo, repercutindo como importante fator de atração em todo o território regional. (LINS, 2012)

O movimento no Porto Seco é de aproximadamente 1500 caminhões por mês e 13,5 bilhões de reais por ano. O porto é de extrema importância para a população e economia da região, gerando muitos empregos. O porto movimentam mercadorias da Argentina, Chile e do Brasil, geralmente. Os principais produtos importados que passam pelo porto são frutas, e exportados carnes, hortifrúti granjeiro, vestuário, entre outros.

O Porto Seco se destaca por ser uma aduana integrada entre Brasil e Argentina e por se tratar de uma divisa seca, sem rios ou pontes, então no mesmo espaço físico se realizam as tarefas aduanейras e sanitárias conjuntas de Brasil e Argentina, por isso chamada de Aduana Justaposta. Esses fatores se tornam vantagens para a sua utilização, além de estar em um lugar central, ponto estratégico que diminui as distâncias entre os principais mercados consumidores do Mercosul. Para os negócios com a Argentina e o Chile o Porto Seco é um redutor de distâncias rodoviárias, com vantagens sobre os custos de transporte, devido à qualidade das rodovias e o tráfego relativamente baixo, além das estradas do sudoeste paranaense e do oeste catarinense não terem os custos de pedágios (FERNANDES, 2010).

Figura 1 - Porto Seco em Dionísio Cerqueira (SC)



Disponível em: <http://www.portalsmo.com.br/arquivos/noticias/55807/dji00442.jpg>. Acesso em: 12/06/2017.

Uma das experiências mais destacadas no contexto do Mercosul foi também a criação do Consórcio Intermunicipal da Fronteira, entrelaçando os quatro municípios fronteiriços – três no Brasil, no extremo sudoeste do Paraná e no extremo noroeste de Santa Catarina, e um na Argentina, no extremo oriente da Província de Misiones – com o propósito de equacionar problemas e promover o desenvolvimento.

A CIF (Consórcio Intermunicipal de Fronteira) surge em 2009 como uma solução na busca de resolver problemas comuns dos municípios de Barracão, Bom Jesus do Sul, Dionísio Cerqueira e Bernardo Irigoyen. Tem o objetivo de promover a integração como meio de dinamizar o processo de desenvolvimento econômico e social nas cidades atuantes. Acredita-se

que unindo as forças o desenvolvimento destes municípios será mais eficaz e possibilitará a melhoria na condição de vida da população.

O CIF trabalha com foco no desenvolvimento dos municípios que o compõem, criando programas e projetos em parceria com SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, bem como governos estaduais, provincial, federal e nacional, em busca de melhorias na saúde, educação, turismo, e desenvolvimento regional (CIF, 2011, p. 05).

Neste contexto, evidencia-se a importância do desenvolvimento regional com a participação da comunidade local e principalmente do poder público de cada município envolvido para a distribuição das melhorias que proporciona maior qualidade de vida e do processo de crescimento que a cidade necessita, este viés vai de encontro com Oliveira & Lima (2003), que relata:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformando para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Após citação acima, percebe-se que o desenvolvimento regional não trata apenas de inter-relações econômicas voltadas para produção e mercado, mas também sob dimensões políticas em um viés social. Trata-se também de uma junção de forças em que organizam-se alianças que traça para região uma identidade singular. A organização propõe o desenvolvimento desses territórios em ações conjuntas que possibilita a região ser uma referência no MERCOSUL, além de propor ações que visa na melhoria da educação, turismo, agroecologia e valorização dos produtos locais.

Dentre as propostas que a organização projeta, algumas ganham destaques como os investimentos voltados para o turismo e urbanização, construção de Parque Turístico Ambiental, construção de uma nova Aduana, aumento da frota prestadora de serviço, dentre outras de infraestrutura e prestação de serviço. A própria CIF reconhece que para a consagração dos planejamentos só será possível se houver comprometimento entre os municípios e participação da comunidade. (ANGNES; MATTOS; KLOZOVSKI; STURM, 2013).

Objetivando o reequilíbrio das economias locais, o consórcio busca desenvolver projetos com objetivo de dinamizar a economia local, valorizando potencialidades e criando emprego e renda. Como propostas podem ser consideradas a Exposição das Potencialidades (EXPOCIF), com foco no comércio, a indústria, o turismo, a promoção de produtos locais e pecuária, além de

atividades culturais, esportes, entretenimento, gastronomia e integração. A Feira Comercial, do Produto Local, Agropecuária e da Bezerra, também busca incentivar produtores locais em expor produtos e serviços para fins de intercâmbio profissional e comercial. (ANDREATTA, 2016, p. 70).

A ação do Consórcio voltada ao planejamento do desenvolvimento regional resultou em proposta de desenvolvimento intitulada “Caminhos da Fronteira”, que abarca municípios da região fronteiriça e diz priorizar a sustentabilidade. Os eixos estratégicos envolvem educação, turismo, agroecologia e produtos locais, enfeixados na busca de uma melhor qualidade de vida na região. Assim, em termos mais propriamente econômicos, turismo, agricultura e agroindústria aparecem em destaque entre os setores contemplados. (LINS, 2012, p. 22).

Em relação à agricultura/agroindústria, houve a criação de uma patrulha agrícola com recursos dos municípios para compra de caminhões, patrula e retroescavadeira. No tocante à operacionalização, cabe indicar que as prefeituras disponibilizam funcionários cuja prestação de serviço ocorre de forma itinerante, com permanência de alguns períodos em cada lugar (DEBONA, 2011).

O Consórcio Intermunicipal da Fronteira demonstra a possibilidade de formação, bem como de reestruturação de arranjos produtivos locais, também apresenta a utilização de infraestruturas para propósitos comuns, como a circulação de bens e serviços, os deslocamentos de trabalhadores pela área de fronteira e das atividades aduaneiras. É visto, que o consórcio acelerou a tendência de utilização dos serviços comuns entre outras, pelos residentes argentinos e brasileiros. (ANDREATTA, 2016).

Em relação à saúde, o Consórcio estabeleceu um projeto de reforma e ampliação do hospital Municipal de Dionísio Cerqueira para atender pacientes da área de abrangência do Consórcio, e de transporte integrado de pacientes reduzindo o custo de transporte e proporcionando melhor atendimento. (ANDREATTA, 2016)

Andreatta (2016) comenta que é evidente que a falta de políticas multilaterais institucionalizadas dificulta os processos já em curso, como no caso do próprio consórcio. O autor enfatiza a necessidade do amadurecimento institucional, visto que o consórcio apresenta um potencial de desenvolvimento interessante, convertendo-se em um ponto de referência no processo de cooperação transfronteiriça e integração regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização do trabalho de campo nos municípios de Barracão, Dionísio Cerqueira e Bernardo Irigoyen, foi possível compreender uma realidade inédita, que é a complexidade de uma tríplice fronteira. Foram aprendidos os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais envolvidos nas relações entre essas cidades.

Houve a compreensão dos objetivos do Mercosul e as suas implicações na integração econômica, política e social da tríplice fronteira, concluindo-se que esse bloco econômico possibilitou contribuições, assim como complicações e barreiras para a integração.

Por meio da palestra concedida no Consórcio Intermunicipal de Fronteira, foi permitido o conhecimento dos objetivos e projetos desse consórcio, assim como suas ações e contribuições para a integrações dos municípios em que ele atua. Ele vem possibilitando a criação de estreitos laços entre as cidades, através do intercâmbio, do melhoramento da comunicação e da realização de atividades conjuntas em diversos âmbitos, desde a promoção do turismo e a complementação produtiva até o intercâmbio cultural.

Apesar das diferenças e da complexidade existentes na tríplice fronteira estudada e discutida ao longo do relatório, foi observado que ambas vivem em harmonia e isso se fez nítido durante o trabalho de campo, pois seus habitantes mantém uma relação próxima e amigável, compartilhando em um espaço único relações em todos os contextos, desde o econômico e político até aos laços fraternos e familiares.

REFERÊNCIAS

- ANDREATTA, Alexandre. **Cooperação transfronteiriça e integração regional: o Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF)**. Dissertação de Mestrado. Foz do Iguaçu, 2016.
- BORBA, Vanderlei. **Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa**. *Historie*, Rio Grande, v. 4, n. 2: 59-78, 2013.
- CALDAS, Eduardo de L. **Formação de agendas governamentais locais: o caso dos consórcios intermunicipais**. Tese (doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- DEBONA, Diego. **Integração regional: quatro cidades e um objetivo**. *Diário Catarinense*, 7 ago. 2011. p. 33.
- FERRARI, Maristela. **Zona de fronteira e identidade nacional: uma análise a partir das cidades gêmeas brasileiro-argentinas Dionísio Cerqueira/Barracão/Bernardo de Irigoyen e Santo Antonio do Sudoeste/San Antonio**. *Anais do XVI ENANPUR*. Belo Horizonte, 2015.

_____. **A zona de fronteira na perspectiva da Geografia Cultural:** lugar de distanciamento e conflitos ou lugar de reencontros culturais? uma análise a partir das cidades gêmeas brasileiro-argentinas. In: Anais do XI ENANPEGE, 2015.

_____. **Zona de fronteira, cidades gêmeas e interações transfronteiriças no contexto do MERCOSUL.** Revista Transporte y Territorio, 2013.

HAESBAERT, R. 2004. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** In: Anais do I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. Porto Alegre: Programa de Pósgraduação em Geografia da UFRGS, 2004.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Cooperação local no Mercosul:** uma oportunidade catarinense. Encontro de Economia Catarinense, 2012. p. 1-25.

MOURA, Rosa. **Fronteiras invisíveis:** o território e seus limites. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, pp. 85-101, jul./dez., 2000.

NAZARENO, Guilherme F. **Consórcios públicos:** o que são e como funcionam. 2011. Disponível em: <<http://comgeres.com.br/con/index.php/consorciospublicos>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2016.

OLIVEIRA, Gilson B. de; LIMA, José E. de S. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional:** considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Rev. FAE, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, maio/dez. 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SAMPAIO, Luis M. A. **Consórcios públicos.** 2009. Disponível em: <www.webartigos.com/artigos/consorcios-publicos/27533/>.

SILVA, Marlon Lima da; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Território, territorialidade e fronteira:** o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2012.

Souza, M. J. L. (2003). **O território:** sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In I. E. Castro, & R. L. Corrêa (Eds.), Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

¹ Graduando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. mateuscavatorta@hotmail.com

² Graduando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. nathancaldana@gmail.com

³ Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. thiaracampanha@gmail.com